

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N°. : 13897.000183/93-95.  
RECURSO N°. : 01.424.  
MATÉRIA : IRF - ANOS DE 1989 e 1990  
RECORRENTE : SOLTRONIC S/A EQUIPAMENTOS DE SOLDA  
RECORRIDA : DRF EM OSASCO/SP.  
SESSÃO DE : 16 DE OUTUBRO DE 1998.  
ACORDÃO N°. : 108-05.423

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE - DECORRÊNCIA- Ainda que procedente a exigência maior, rejeita-se o lançamento decorrente formalizado com base no art. 8º do Decreto-lei nº2.065/83, sobre os fatos geradores ocorridos no período de 01.01.89 até 31.12.92, em virtude da sua revogação pelos artigos 35 e 36 da Lei nº7.713/88, que entrou em vigor em 01.01.89.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela SOLTRONIC S/A EQUIPAMENTOS DE SOLDA..

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS  
PRESIDENTE

*Marcia Maria Loria Meira*  
MARCIA MARIA LORIA MEIRA  
RELATORA

13 OUT 1998

FORMALIZADO EM:

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PROCESSO N°: 13897.000183/93-95  
ACÓRDÃO N°: 108-05.423

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JOSÉ ANTONIO MINATEL, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, NELSON LÓSSO FILHO, TÂNIA KOETZ MOREIRA, JOSÉ HENRIQUE LONGO e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA. qnm

*fat*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PROCESSO N°: 13897.000183/93-95  
ACÓRDÃO N°: 108-05.423

RECURSO N°: 01.424.  
RECORRENTE: SOLTRONIC S/A EQUIPAMENTOS DE SOLDA.

## RELATÓRIO

Retornam os autos a esta instância recursal após o processo principal de n°13.897-000.786/93-83, relativo ao Imposto de Renda - Pessoa Jurídica ter sido convertido em diligência em 20/03/97, através da Resolução n°108-00.095.

Trata-se de exigência do Imposto de Renda na Fonte, decorrente de fiscalização do IRPJ, feita na forma do artigo 8º do Decreto-lei n°2.065/83, referente aos exercícios de 1990 e 1991.

Na impugnação, tempestivamente apresentada, fls.14/16, o sujeito passivo contestou a exigência com os mesmos argumentos apresentados no processo principal.

Na informação fiscal de fls.19/20 o auditor - fiscal propôs a manutenção integral do crédito tributário.

Às fls.24, a autoridade singular proferiu a Decisão SESIT N°113/94, mantendo integralmente o crédito tributário lançado, conforme decidido no processo matriz. *cm/ja*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PROCESSO N°: 13897.000183/93-95  
ACÓRDÃO N°: 108-05.423

Notificado da Decisão em 14/04/94, o contribuinte interpôs recurso a este Conselho (fls.27/31), alegando a total improcedência do crédito tributário lançado.

É o relatório. Amorim

Gab

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PROCESSO N°: 13897.000183/93-95  
ACÓRDÃO N°: 108-05.423

V O T O

CONSELHEIRA MARCIA MARIA LORIA MEIRA - RELATORA

O recurso voluntário é tempestivo e dele conheço.

Como se vê do relatório, o presente procedimento fiscal decorre do que foi instaurado contra a recorrida, para cobrança do imposto de renda - pessoa jurídica., também objeto de recurso, que recebeu o nº109.742, nesta Câmara.

A decisão no processo principal foi no sentido de Dar Provimento Parcial ao Recurso para excluir a incidência da TRD, no período compreendido entre fevereiro a julho de 1991.

A jurisprudência deste Conselho é no sentido de que a sorte colhida pelo principal comunica-se ao decorrente, a menos que novos fatos ou argumentos sejam aduzidos.

Contudo, é pacífico o entendimento deste Conselho de que o art. 8º do Decreto-lei nº2.065/83, no qual se fundamentou a exigência, foi revogado pelos art. 35 e 36 da Lei nº7.713/88, que entrou em vigor no dia 01.01.89. mjm



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PROCESSO N°: 13897.000183/93-95  
ACÓRDÃO N°: 108-05.423

Em conseqüência, sobre os fatos geradores ocorridos no período de 01.01.89 até 31.12.92 aplicam-se as normas previstas nos artigos 35 e 36 da Lei nº7.713/88.

Diante do exposto, VOTO no sentido de Dar Provimento ao Recurso.

Sala das Sessões (DF), em 16 de outubro de 1998.

*qndmeyes*  
MARCIA MARIA LORIA MEIRA  
RELATORA.

